

# Consenso regulamenta Fundo de Apoio à Cultura

CORREIO BRAZILIENSE

*A fusão dos projetos da vice Márcia Kubitschek e do deputado Geraldo Magela entra em vigor em um mês*

20 FEV 1991

Ao contrário de outros pontos do planeta, onde a discórdia se manifesta em conflito extremo, no Distrito Federal sopram os ventos do diálogo. Foi entregue na manhã de ontem, em sessão extraordinária do Conselho de Cultura do DF, o resultado da Comissão Mista que fundiu a proposta da vice-governadora Márcia Kubitschek ao Projeto de Lei do deputado Geraldo Magela (PT-DF) que cria incentivos fiscais para apoio à arte e à cultura na capital federal.

A principal alteração do projeto original de Magela foi a criação do Fundo de Apoio à Cultura, destinado a beneficiar os setores periféricos da produção cultural que não consigam atrair os investimentos privados. O deputado havia proposto incentivos fiscais às pessoas físicas ou jurídicas com estabelecimento no Distrito Federal que forneçam recursos para a realização de projetos artísticos e culturais desta capital. Desta forma somente as produções de maior destaque conseguiriam apoio, caracterizando uma elitização.

Uma importância de 250 milhões de cruzeiros é o que a lei propõe que o Governo destine para iniciar o Fundo de Apoio. Também faz parte da proposta uma alíquota de 33 por cento da arrecadação da Fundação

RAIMUNDO PACCÓ

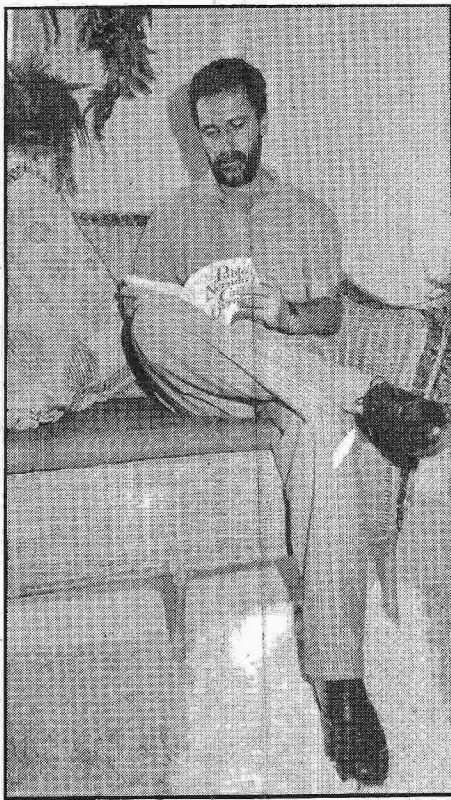


Márcia Kubitschek fez o projeto do GDF, fundido à proposta de Geraldo Magela (PT-DF)

Cultural do Distrito Federal para constituir a receita do Fundo. A administração do Fundo de Apoio à Cultura ficará por conta de uma comissão nomeada pelo governador Joaquim Roriz. Este Conselho administrativo será composto por cinco pessoas indicadas pelo Conselho de Cultura.

**Conselhos** — Um outro resultado da fusão do projeto de Márcia Kubitschek e Geraldo Magela é a consolidação do Conselho

RENATO COSTA



de Cultura como instrumento de relação entre Estado e Sociedade. Este conselho será o fórum principal da legislação proposta, com incumbências fundamentais no aplicar da lei recém-elaborada. Além de indicar os nomes que formarão o Conselho Administrativo do Fundo de Apoio, caberá também ao Conselho de Cultura selecionar os projetos que serão beneficiados pelo Fundo, assim como habilitar os que pretendem obter o apoio

## Em compasso de espera

A terceira assembléia do Movimento Cultural aconteceu na noite de segunda-feira no Sindicato dos Bancários, mas praticamente toda a pauta do encontro teve que ser adiada para a próxima semana. O incidente aconteceu na Ceilândia, onde a comunidade escolheu representante sem prévia consulta ao Movimento, ou mesmo à Secretaria de Cultura foi o assunto que tomou quase todo o tempo.

Chico Morbeck, um dos participantes, criticou a posição do secretário Márcio Cotrim, que, segundo ele, não deixou clara a sua posição nos acontecimentos: "Esse senhor, escolhido como represen-

tante e de nome Zequinha, pouca gente conhece, e não aceito a posição do administrador regional da Ceilândia, Paulo Alceu, de que a comunidade é soberana e pronto. Morbeck fala, até em distribuição de leite na satélite, como forma de pressão e de manobra demagógica.

O fato é que, devido à discussão em torno da Ceilândia, não se analisou uma política cultural para o Distrito Federal, o que estava previsto, e igualmente não a eleição do representante da Secretaria junto à administração do Plano Piloto, também pautada inicialmente.

Mas uma carta será entregue pelo Movimento, ao Secretário Cotrim, indicando J. Sotter e Eduardo Cabral para as vagas de Romário Schettin e Guilherme Cabral no Conselho Deliberativo da Fundação Cultural. Romário e Guilherme tiveram seus mandatos encerrados.

■ Carlos Alberto Silva

privado.

Presidido pelo jornalista e poeta Tetê Catalão, o recém-criado Conselho de Cultura ainda está em formação. Ele é formado por 21 membros entre representantes do governo e da comunidade, e tem ainda diversos pontos estruturais a serem resolvidos. Ainda está sendo estudado o suporte administrativo para os seus integrantes, que terão muitos encargos.

**Trâmites** — O texto final apresentado na manhã de ontem pela Comissão Mista ficará dez dias no gabinete de Geraldo Magela, na Câmara Distrital, à espera de sugestões. Depois de passar pelas vias regulamentares (Comissões de Finança e Justiça) ele será finalmente apresentado ao plenário da Câmara como sendo "projeto de consenso".

■ Fernando Molina